

LINGUAGEM COMO UM SISTEMA FORMAL E REDE DE PRÁTICAS DA COMUNICAÇÃO

LANGUAGE AS A FORMAL SYSTEM AND NETWORK OF PRACTICES COMMUNICATION

Vicente Paulino

Doutorado em Estudos de Literatura e Cultura/especialidade em Cultura e Comunicação pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Licenciado e Mestre em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; professor convidado no Programa de Pós-graduação e Pesquisa da Universidade Nacional Timor Lorosa'e.

Submetido: 24 de abril de 2020

Aceito: 18 de outubro de 2020

Publicado: 17 de novembro de 2020

LINGUAGEM COMO UM SISTEMA FORMAL E REDE DE PRÁTICAS DA COMUNICAÇÃO

Vicente Paulino¹

Resumo: Neste artigo pretende-se falar da linguagem como um sistema formal e uma rede de práticas da comunicação e da produção de sentidos. Procurando definir o que é a comunicação e a linguagem, do mesmo modo, a forma como se produz o sentido do dizer de um algo, ou querer dizer (significar) um algo. Pretende-se explicar a produtividade e a sistematicidade da linguagem e os usos convencionais de muitas elocuições na produção de sentido do ato da fala, incluindo ‘dizer é fazer’ numa compreensão da linguagem enunciativa e jogos da linguagem na comunicação.

Palavras-chave: Linguagem; comunicação; jogos da linguagem; querer-dizer; dizer é fazer.

LANGUAGE AS A FORMAL SYSTEM AND NETWORK OF PRACTICES COMMUNICATION

Abstract: This article intends to speak of language as a formal system and a network of communication practices and the production of meanings. Seeking to define what communication and language is, in the same way, the way in which the meaning of saying something is produced, or wanting to say (signify) something. It is intended to explain the productivity and systematicity of language and the conventional uses of many utterances in the production of the meaning of the speech act, including “saying is doing” in an understanding of enunciative language and language games in communication.

Keywords: Language; communication; language games; wanting to say; saying is doing.

¹ Doutorado em *Estudos de Literatura e Cultura*/especialidade em *Cultura e Comunicação* pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Licenciado e Mestre em *Ciências da Comunicação* pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; professor convidado no Programa de Pós-graduação e Pesquisa da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL).
<https://doi.org/10.53930/27892182.dialogos.5.56>

INTRODUÇÃO

O homem é feito pela linguagem, como dizia o próprio Aristóteles (1963), o homem é um ser dotado de linguagem, desde o primeiro instante de vida até ao seu último suspiro. Por isso que a linguagem forma as coisas, pois nela surge o nome das coisas. Isto é, as coisas são nomeadas pela linguagem. A linguagem proporciona a comunicação intersubjetiva na sociedade. Sem esta possibilidade de comunicação com os outros, somos privados de uma série de experiências, conhecimentos, valores, de outros sujeitos, o que nos tornaria ainda mais incompletos e fechados. A nossa abertura ao mundo e aos outros e a todo o universo de sentimentos e pensamentos passa fundamentalmente por uma ponte que é a própria linguagem.

De um modo geral, a linguagem é o único modo de ser do pensamento, a sua realidade e a sua realização (Kristeva, 1974). A linguagem permite dar nomes a tudo o que nos rodeia, tomar consciência do mundo através do sentido que está associado às palavras. A linguagem é, assim por dizer:

uma condição necessária, mas não suficiente, para a construção das operações lógicas. É necessário, pois sem o sistema de expressão simbólica que constitui a linguagem as operações permaneceriam no estado de ações sucessivas, sem ter integrado em sistemas simultâneos ou englobando simultaneamente um conjunto de transformações solidárias. (Piaget, 1999, p. 85).

É através da linguagem que estruturamos o nosso pensamento, que nos apropriamos da realidade. Sendo assim não inventamos a linguagem, por norma, ela está materializada numa língua, num código comum, numa determinada sociedade. Isto remete-nos para o outro aspeto fundamental da linguagem produzida a partir do ato da comunicação estabelecido entre seres humanos: a “mediação”. Significa que o papel indispensável da linguagem é de mediação, pois com ela que o homem mensura o mundo da vida com ideias, tanto com a ideia de ciência como a ideia filosófica (Husserl, 1965; 1986). Tudo isso está na origem da elaboração do sentido que o mundo tem para o homem.

COMUNICAÇÃO E CONHECIMENTO SOBRE A LINGUAGEM: QUE RELEVÂNCIA?

O homem é um ser para a comunicação. A capacidade de sua comunicação associa-se ao seu modo de pensar, fundamentalmente na capacidade cognitiva. O homem é também um ser social, por isso que pela sua natureza de interação necessita de outras pessoas para realizar a comunicação, seja comunicação interpessoal ou intergruppal. O homem usa preferencialmente uma língua para comunicar com os outros, cheia de significações e que permite expressar sentimentos. Podendo dizer também que a comunicação humana evoluiu bastante nas últimas décadas com o desenvolvimento das ciências da linguagem, da semiótica e da pragmática da comunicação. Afinal uma combinação de disciplinas na definição do processo da comunicação produz sentidos comuns na construção da realidade social e do mundo do conhecimento.

O homem cria e utiliza os sistemas de linguagem para se comunicar. Comunicar com outros é uma necessidade de impulsionar o seu desenvolvimento cognitivo. A comunicação torna-se afetiva quando a sua realização é impulsionada pela racionalidade e intencionalidade de experiências e de pensamentos. Deste modo, a comunicação e a cognição podem ser compreendidas a partir do estudo pragmático comunicacional de Dan Sperber e Deirdre Wilson (1995). Estes autores fazem uma crítica ao “modelo do código” que funciona na teoria matemática da comunicação, na qual teorizada por Shannon e Weaver nos anos 1949, para garantir um funcionamento de mensagem enviada. Mensagem encodificar e decodificar é como uma conotação comunicativa, deixando a fonte da mensagem produz-se um pensamento irrealista, assim há um uni-código entre emissor e receptor na comunicação.

Acerca disso, podemos recorrer a semiótica para compreender a codificação de um modelo comunicativo. Todo o processo da comunicação é codificado por um código encriptado linguisticamente, e isso significa impulsionar o acesso ao sistema comunicacional a partir de uma racionalidade e intencionalidade encriptada por um código linguístico, como defende Vygotsky:

That understanding between minds is impossible without some mediating expression is an axiom for scientific psychology. In

the absence of a system of sign, linguistic or other, only the most primitive and limited type of communication is possible. Communication by means of expressive movements, observed mainly among animals, is not so much communication as spread of affect... Rational, intentional conveying of experience and thought to others requires a mediating system, the prototype of which is human speech. (Vygotsky, 1962, – citado por Sperber & Wilson, 1995, p. 6).

Aliás, o semiólogo Ferdinand Saussure, propunha que a comunicação no modo semiótico é codificada por um sistema formal da linguagem, por isso que para ele:

A linguagem é um sistema de signos que exprimem ideias, e é comparável ao sistema de escrita, aos alfabetos dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais dos militares etc., mas ela é apenas o principal desses sistemas. Uma ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social. Ela constituiria uma parte da psicologia social, chamá-la-emos de semiologia. (Saussure, 2001, p. 16).

Deste modo percebe-se que as coisas manifestam-se na linguagem, por isso que a linguagem é usada como um órgão mental do pensamento humano no desenvolvimento do ato de pensar em e sobre um determinado algo. Linguagem é um sistema de ideias que produz sentidos as coisas, porque através dela nomeamos o nome de um algo ontologicamente, explicamos em seguida com a percepção epistemológica e fundamentamos como a “argumentação válida e correta” (Penco, 2004). E assim um algo pode ser compreendido da seguinte forma:

O que é isto? (é uma pergunta simples que procura obter ontologicamente uma resposta sobre o algo perguntado);

Como vocês sabem? (epistemologia – procura saber a certeza de uma reafirmação sobre aquilo que é respondido ou justificado anteriormente)

Porquê assim? (argumentação – a importância e a função de um algo mencionado ou apresentado).

Simplificando com um exemplo concreto:

O que é isto? Isto é um marcador (é a origem do nome de um algo nomeado pela linguagem ontologicamente);

Como vocês sabem? Sim, sabemos que isto é marcador (é uma reafirmação sobre a condição de sua validade da verdade);

Porquê assim? Porque tem uma função para escrever, embora a sua forma física de representação bem diferenciada (por exemplo, cores), contínua a ser um objeto que facilita todo o indivíduo na sua atividade de aprendizagem ou de atividade de outras naturezas.

Partindo destes pressupostos, compreende-se que a concepção racionalista da filosofia tradicional procura separar a ontologia (aquilo que existe) da epistemologia (o modo como conhecemos). Conforme Gödel (citado por Searle, 2000) a verdade seria uma questão de correspondência entre os factos. Se uma afirmação como “isto é um marcador” é verdadeira, quando alguma resposta epistemológica como “sim, sabemos que isto é marcador” vem reforçar que tal afirmação de forma correta e assim aceite sua condição de verdade. Portanto, os fatos dependem daquilo que existe, da ontologia. Demonstrabilidade e verificação dos fatos com claras argumentações são uma questão de descoberta da verdade fundamentada na base da explicação epistemológica.

Todas as ideias relacionadas com a compreensão de um algo são baseadas na linguagem e com ela produz o sentido daquilo que é nomeado ou definido, pois todas elas (ideias) são fundamentadas pela lógica de relevância e de definição numa perspectiva pragmática da comunicação (Watson, 1995; Rodrigues, 2005). Por isso que as formas mais elevadas da comunicação humana são possíveis quando a capacidade cognitiva dos comunicantes reflete, sobretudo, realidades conceptualizadas (isto é, sobre aquisição do conhecimento), razão pela qual certas ideias podem ser transmitidas ou comunicadas quando os receptores estão preparados para entrarem na dimensão globalizante da sociedade de informação.

Dan Sperber e Deirdre Wilson, ainda por sua vez, fundamentam a sua ideia com a formulação de Ferdinand Saussure e do psicólogo Lev Vygotsky, nomeadamente no que diz respeito ao sistema de códigos e ideias de linguagem. Entretanto, Sperber & Wilson (1995, p. 7) sublinham que

The recent history of semiotics has been one of simultaneous institutional success and intellectual bankruptcy. On the one hand, there are now departments, institutes, associations, congresses and journals of semiotics. Semiotics has failed to live up to its promises; indeed, its foundations have been severely undermined.

Sperber e Wilson referem ainda que a estruturação da linguagem aplicada pelos linguísticos Roman Jakobson em sua obra *Linguistics and poetics* (1960) e Noam Chomsky em *Syntactic Structures* (1980 [1957]), que falam sobre nova dinâmica de concorrência da linguagem na construção *sui generis* como fundamento do sistema do código, pelo que Ferdinand Saussure explicita de seguinte forma:

By studying, customs, etc. as signs, I believe that we shall throw new light on the facts and point up the need for including them in a science of semiology and explaining them by laws. (citado em Sperber & Wilson, 1995, p. 8).

Enquanto isso, Sperber & Wilson criticavam o “modelo do código” aplicado à comunicação e Paul Grice (1989), por sua vez, criticava o “modelo inferencial” da linguagem aplicado no momento em que se realiza um agir-comunicacional. No modelo inferencial, Grice fala também de uma “evidência humana” que se transforma em premissas comunicativas, a qual essas premissas têm a sua finalidade comum de que ele define como uma “conclusão evidencial”. O problema deste modelo é não explicar o sentido do significado com base no que uma pessoa quer dizer, mas também não pode ser um modo comunicativo. Por isso que Grice (1989) refere ao sentido do significado, como algo que queria-dizer mesmo um “sentido”. Para ele, significado é ‘querer-dizer’, querer dizer alguma coisa, essa coisa é uma distinção primária. Em virtude disso pode-se dizer que as coisas, por si só, não têm sentido, pois elas ganham significado quando relacionadas com outras coisas. Da mesma forma como não conseguimos pensar em algo fora do espaço e do tempo, “também não podemos pensar em nenhum objeto fora da possibilidade de sua ligação com outros (Wittgenstein, 2002 - 2.0121, p. 30). Por isso que só com as palavras podemos nomear, identificar e definir as coisas. Elas só adquirem significado quando inseridas em uma frase, para saber se são verdadeiras ou falsas. Dizer, por exemplo, “cadeira” é algo que carece de complemento para se tornar uma unidade significativa. É somente quando alguém apresenta uma frase como “a cadeira está na cozinha”, de fato há uma conexão, mas essa proposição pode significar algo verdadeiro ou falso. Trata-se de uma probabilidade, e não de uma certeza de que “a cadeira está na cozinha”, porque a “cozinha” na sua

maioria é equipada com os acessórios da cozinha, muito menos a “cadeira”. Sendo assim, não pode recusar a possibilidade de que há “cadeira na cozinha”, embora necessita alguma prova de que alguém possa dizer “em algumas casas há cadeira na cozinha”.

Desta forma, a análise da linguagem é, do ponto de vista linguístico, uma forma representada de todas as referências materiais. Evidentemente, no caso de estruturação da matéria linguística comunicacional ou filosófica comunicacional. Realça-se que a linguagem representa fonética, e fonética representa os vários códigos da linguagem, do qual no centro dos códigos há a variável de que os linguísticos chamam ‘sintaxe’, que permite-nos criar a semântica da linguagem. Por exemplo, “o quadro nas salas de aula tem preto e branco”, ou “o livro do João é verde e branco”. A pergunta é a seguinte: “o quadro nas salas de aula”, ou “o livro do João” tem seu contexto ou não? Se tem o seu contexto, qual o seu sentido? Claro que tem seu contexto, pois o enunciado em si mesmo está a dizer tudo aquilo que pretende “o quadro nas salas de aula”, ou “o livro do João”, isto quer dizer que não explica apenas o sentido do próprio “quadro nas salas de aula” ou “o livro do João”, mas explica também as cores do “quadro” e do “livro”. Estes exemplos são, em si mesmos, úteis para compreender os fundamentos da teoria e a relevância da comunicação.

PRODUTIVIDADE E SISTEMATICIDADE DA LINGUAGEM NA COMUNICAÇÃO

O carácter científico da linguística fundamenta-se em dois princípios básicos: o empirismo e a objetividade. A linguística é empírica porque trabalha com dados verificáveis por meio da observação; é objetiva porque examina a língua de forma independente, livre de preconceitos sociais ou culturais associados a uma visão leiga da linguagem. Os diversos desdobramentos que o funcionalismo apresenta na atualidade concordam com o fato de que a língua é, antes de tudo, instrumento de interação social, usado para estabelecer relações comunicativas entre os usuários. Nesse aspecto, aproximam-se do ponto de vista sociolinguístico ao incluir o comportamento linguístico

na noção mais ampla de interação social (Saussure, 2001; Chomsky, 1999).

Língua/linguagem na sua natureza normativa de produtividade reflete-se a um falante que é capaz de produzir um número infinito de frases (bem formadas de acordo com as regras sintáticas e com o significado), por exemplo.²:

“O homem mordeu o cão”.

“O homem mordeu o cão que mordeu o gato”.

“O homem que gosta de gelado de baunilha mordeu o cão que mordeu o gato”.

“Ninguém acredita que o homem que gosta de gelado de baunilha mordeu o cão que mordeu o gato na casa de massagens”.

Na perspectiva de sistematicidade, os elementos das frases podem ser reaproveitados em outras frases, de acordo com as regras sintáticas, ou seja, se um falante compreende a frase:

“O João ama a Maria” (João hadomi Maria)

Também é capaz de compreender a frase

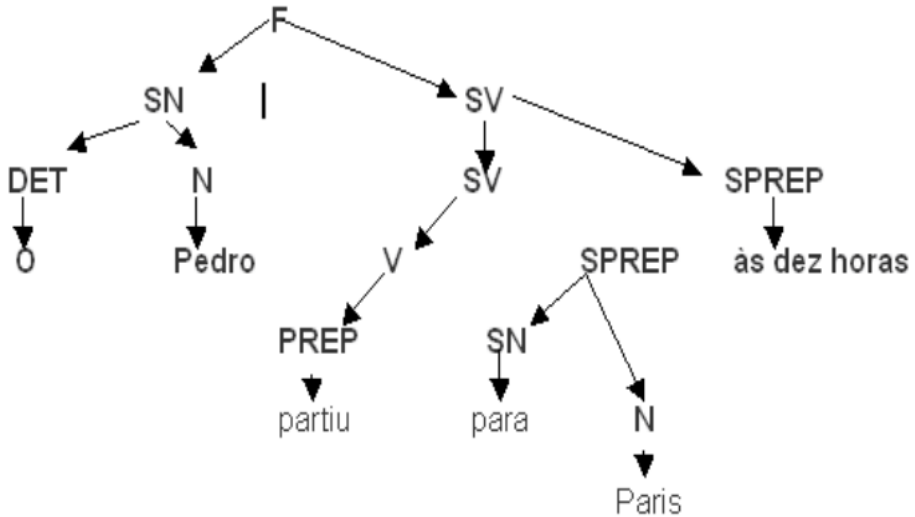
“A Maria ama o João” (Maria hadomi João),

ou pode ser “Maria é amada por João” (Maria hetan domin husi João).

Com os exemplos dados, podemos perguntar a nós mesmos: como podemos explicar a produtividade e a sistematicidade? A proposta mais viável é através da composicionalidade sintática e composicionalidade semântica, onde se combina a estrutura de uma frase pelos seus constituintes (composicionalidade sintática) e pelos significados dos seus constituintes (composicionalidade semântica), como exemplo a seguir.

² Todos os exemplos relacionados com a natureza normativa de produtividade e de sistematicidade aqui apresentados são buscados no dossiê de disciplina “Filosofia da Comunicação” do Professor Luís Baptista que frequentei em 2007 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Além disso, pela pesquisa bibliográfica encontra-se estes exemplos neste site <http://ifilnova.pt/file/uploads/d8f1bfae7bf1095c40b2df4a252a04cb.pdf> (acesso e,m 12/4/2016).

Figura 1 - Estrutura sintática da frase “O Pedro partiu para Paris às dez horas” (Faria, et al. 1996).



F: Frase

SN: Sintagma Nominal

SV: Sintagma Verbal

DET: Determinante

N: Nome (“substantivo”)

V: Verbo

SPREP: Sintagma preposicional

PREP: Preposição

Tais exemplos são simplificados pelas regras sintáticas da seguinte forma:

$F \rightarrow SN\ SV$

(toda frase é composta por um sintagma nominal e um sintagma verbal)

$SN \rightarrow (DET)\ (SADJ)\ N\ (SADJ)$

(um sintagma nominal é composto por um nome, que pode ser opcionalmente precedido por um determinante e um sintagma adjetival, e opcionalmente precedido de um sintagma adjetival).

$SPREP \rightarrow PREP\ SN$

(um sintagma preposicional é composto por uma preposição e um sintagma nominal).

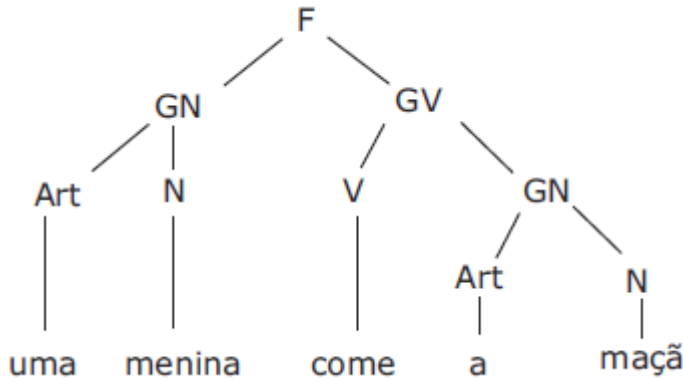
$SV \rightarrow V\ (SN)\ (SPREP)$

(um sintagma verbal é composto por um verbo, opcionalmente seguido de um sintagma nominal, que pode ser opcionalmente seguido de um sintagma

preposicional) (Faria, et al. 1996).

Não é de estranhar que as frases, ou os enunciados podem ser constituídos a partir das “regras de reescrita” (Penco, 2004), de certeza que vão formar o conjunto das frases nucleares da língua em que tais frases ou enunciados são escritos. A partir do conjunto de frases que, portanto, é possível derivar regras de transformação, desde de vários tipos de frases simples até complexas (interrogativas, passivas, relativas, frases compostas, etc.). Por exemplo, ao dizer “*uma menina come a maçã*” é um enunciado simples e a sua estrutura sintática pode ser apresentada/reescrita da seguinte maneira:

Figura 2 - Estrutura sintática da frase “Uma menina come a maçã”



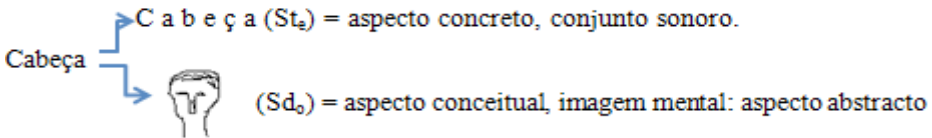
É uma árvore semântica que apresenta a estrutura sintática do enunciado “uma menina come a maçã” e em termos de aplicação pode ser reescrita seguindo algumas séries de regras que correspondem a uma parentetização:

F[GN[Art[uma]N[menina]]GV[V[come]GN[Art[a]N[maçã]]]]

A este enunciado reescrito pode-se aplicar a regra de transformação do passivo, ou a fórmula do passivo, substituindo o dizer “uma menina” por X e “a maçã” por Y. A transformação desta pode ser compreendida, quando dois segmentos linguísticos são intercalados por um verbo transitivo ativo e podem ser invertidos, isto é, substituindo a forma verbal no ativo por uma forma verbal no passivo com o uso da preposição “por”. Assim, a transformação resultante desta forma: “*a maçã é comida pela menina*” (ver Penco, 2004).

Certo que os exemplos dados “*o Pedro partiu para Paris às dez horas*” e “*uma menina come a maçã*” são – na natureza do signo linguístico de Saussure – construções do discurso persuasivo em dupla face: o significante e o significado. O significante é o aspeto concreto do signo, é a sua realidade material, ou imagem acústica de uma dada realidade. O que constitui o significante é o conjunto sonoro, fónico, que torna o signo audível ou legível. O significado é o aspeto imaterial, conceitual do signo que nos remete a determinada representação mental evocada pelo significante. Por exemplo, o que acontece com a palavra cabeça.

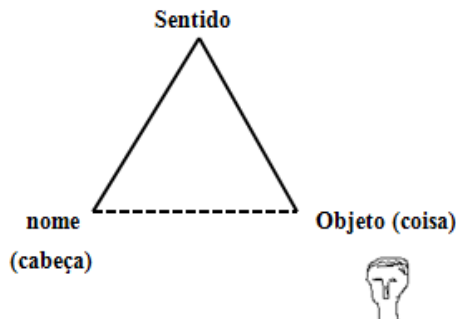
Figura 3 – Palavra cabeça



Nesta presente exposição ocorre-se o mútuo conjuntivo de relacionamento entre o significante e o significado que são aspetos constitutivos de uma mesma unidade quando se diz “cabeça do homem” e se dizemos “pensar com a cabeça”, significa que a palavra cabeça em si possui uma significação diferente.

Contudo, os objetos são identificados por nomes e tais identificações se relacionam através do sentido, como se pode constar no esquema a seguir.

Figura 4



Assim sendo, podemos constatar que para assegurar o seu relacionamento é necessário compor os aspetos compositivos básicos das palavras no seu carácter simbólico, pois as palavras estão sempre conectadas em *lugar* das coisas e não *nas* coisas (Citelli, 1986). Trata-se de uma composição básica das palavras, que pela sua natureza de construção dos sentidos, reflete a uma prática da leitura semiológica que noutros domínios apresentam a configuração da linguagem em sistema semiótico com a consonância de rotação dos signos de coisas nomeadas (Benveniste, 1992). Podemos encarar aqui a língua como “sócio-semiótica-linguística” que fornece as diferentes classes da estrutura linguística com a classificação de significados convencionais para formar aquilo que Paulino & Santos (2014, p. 26) chamam *zoológica linguística* ou *zoopedia linguística* na fala e na escrita. Como adverte Roger Fowler:

O uso da língua é uma actividade essencialmente pessoal e, na verdade, a maior parte dos manuais de linguística apresentam a interação verbal em termos diálogo entre indivíduo, por exemplo, entre o falante A e o falante B ou o Martinho e a Martinha. De igual modo, o conhecimento linguístico é encarado como propriedade de um indivíduo, por exemplo, o “falante-ouvinte ideal” de Chomsky. É portanto, apesar das pessoas se conhecerem e utilizam a língua, muitas vezes, têm muito pouca liberdade para inventar ou alterar sentidos linguísticos (sentidos semânticos, sentidos fonéticos e fonológicos) de um dado discurso estabelecido no campo linguístico. (Fowler, 1994, p. 47).

A zoológica linguística ou zoopedia linguística é valorizada e legitimada à medida que as crianças crescem, estas vão tomando contato com uma língua oficial de significados legitimados através dos jornais, de filmes, da televisão e dos meios de comunicação que são geridos por grandes empresas comerciais e estatais (Paulino & Santos, 2014, p. 26). É portanto, apesar de variedade sucessiva do aparato técnico na configuração do uso de língua em atividade essencialmente pessoal, no campo linguístico, verifica-se que na variação dá-se a passagem de um modelo de regras para o modelo de princípios e parâmetros.

LINGUAGEM COMO REDE DE PRÁTICAS DA COMUNICAÇÃO E DA PRODUÇÃO DE SENTIDOS

Na filosofia da linguagem encontra-se a resposta sobre a consideração dada a linguagem como rede de práticas da comunicação e da produção de sentidos, porque a filosofia da linguagem é conhecida como um campo de pesquisa da filosofia, da linguística e da comunicação, porque não é propriamente um campo que somente estuda ou analisa a inter-relação entre pensamento e linguagem, mas se evidencia o papel constitutivo da linguagem, da palavra e da fala às diferentes formas de discurso, à cognição e às estruturas da consciência e do conhecimento (Flahault, 1979; Bakhtin, 2006; Martinet, 1978).

No pensamento clássico da filosofia encontra-se a tematização da problemática da linguagem em dois ângulos de visão: a) a explicação da *gênesis da linguagem*, em que foram apresentadas duas concepções alternativas – o surgimento da linguagem pela natureza (concepção desenvolvida inicialmente pelos sofistas e pelos estoicos e, posteriormente, no Iluminismo) e por convenção (Platão, Aristóteles, J.J. Rousseau); b) a *inter-relação entre linguagem e pensamento*, que apesar da grande variedade de concepções dedicadas a esse conjunto de problemas, há uma visão comum que considera a língua como uma espécie de material útil para expressar uma ideia ou um pensamento, aliás, é tratada como instrumento da construção do ato da fala e de sentidos produzidos no momento em que ocorre a conversa entre os falantes. E assim a língua pode ser definida como um objeto-ideal para produzir significados idênticos na realização do ato da fala.

Na percepção de John Locke (1999), a mente humana não é propriamente uma tábula rasa na qual os eventos externos registram sua própria história, porque e pelo fato, a mente humana está equipada com o ferramental necessário para compreender a determinada realidade. O homem adquire esse ferramental com a sua capacidade de pensar e de agir, e isso se estabelece ao longo de sua evolução desde criança até ao seu estado de velhice. Significa que a estrutura lógica de sua mente se prevalece desde que ele começa a pensar em algo e procura realizá-lo de imediato, e claro que se baseia também nas experiências dos outros. O homem não é, segundo Ludwig von Mises (2010),

apenas um animal totalmente sujeito aos estímulos inevitáveis que determinam as circunstâncias de sua vida. É também um ser agente. E a categorização de sua ação é racionalmente antecedente a qualquer ato concreto, no momento em que se realiza o ato da fala, isto é, o agir-pensar é fundamentalmente colocado no primeiro plano antes de realizar o ato da fala ou agir-comunicativo.

A intencionalidade da consciência de viver socialmente está na capacidade, na competência, na habilidade e no hábito de como fazer um algo (Searle, 2001). Todos os estados mentais do homem estão na sua capacidade de pensar e esse pensar só funciona dentro de uma rede de linguagem que dá suporte a funcionalidade das práticas da comunicação e da produção de sentidos. Por exemplo, há uma festa popular na cidade vizinha, e se deseja ir até lá, então apanha um táxi; significa que escolhe alguma intencionalidade dentro de outras possibilidades para chegar até lá. Mas mantendo o táxi como um transporte de preferência que pode levar até a festa, significa que existe uma festa e se faz necessário explicar ao motorista o caminho e que a festa está na cidade vizinha. Trata-se de uma intencionalidade comunicativa que prevalece desde a saída de casa até ao local da festa, o táxi e o motorista são a rede de intencionalidade no ato de realizar um algo.

JOGOS DA LINGUAGEM NA COMUNICAÇÃO E NA PRODUÇÃO DE SENTIDOS

Quando Ludwig Wittgenstein inicia a sua abordagem sobre *Investigações Filosóficas* com o pensamento de Santo Agostinho destacado em *Confissões* (I.8)

Quando eles (os meus pais) diziam o nome de um objecto e, em seguida, se moviam na sua direcção, eu observava-os e compreendia que o objecto era designado pelo som que eles faziam, quando o queriam mostrar ostensivamente. A sua intenção era revelada pelos movimentos do corpo, como se estes fossem a linguagem natural de todos os povos: a expressão facial, o olhar, os movimentos das outras partes do corpo e o tom de voz, que exprime o estado de espírito ao desejar, ter, rejeitar ou evitar uma coisa qualquer. Assim, ao ouvir palavras repetidamente empregues nos seus devidos lugares em diversas frases, acabei por compreender que objectos é que estas palavras designavam. E depois de ter habituado a minha

boca a articular estes sons, usava-os para exprimir os meus próprios desejos” (Santo Agostinho, *Confissões*; citado em Wittgenstein, 2002, p. 171-172).

Nestes enunciados agostinianos encontram-se uma certa particularidade da essência da linguagem humana, nomeadamente no que diz respeito as palavras que designam objetos como um algo a significar ou um algo significado. Ou seja, pode dizer-se que cada palavra exprime uma ideia que indica um significado, ou tem uma denotação. Portanto, o objeto definido com o nome que a palavra representa carrega em si um significado.

Ludwig Wittgenstein apresenta a visão geral da linguagem “agostiniana” supracitada com as seguintes considerações (Glock, 1998, p. 370):

a) cada palavra tem “um significado”; por exemplo, *acender* (palavra) que significa iluminar ou colocar fogo, simplifica-se assim “*a luz da sala está acesa*”;

b) todas as palavras são nomes, isto é, são sucedâneos de objetos; por exemplo: *o quadro, a pintura, a caneta*;

c) o significado de uma palavra é um objeto do qual ela está representada; por exemplo, *brincar, nadar, comer* (palavras) que significam “*divertir-se* – vamos divertir hoje na praia, divertir-se é uma palavra que exprime a alegria de uma pessoa”, “banhar-se”, “alimentar-se” – vamos nos alimentar com os peixes do mar;

d) a conexão entre palavras (nomes) e os seus significados (referentes) é estabelecida por definição ostensiva, o que estabelece uma associação mental entre palavra e objeto; por exemplo, *livro* (palavra) e *João* (nome), *verde e branco* (significados) – “o livro do João é verde e branco” (frase), isto é, o objeto (“livro”) se conecta a uma pessoa (João), e este por regra constitutiva tem o livro na sua posse e de preferência “verde e branco”; outro exemplo, ao dizer “a professora Irta tem um marcador para escrever no quadro” – a professora é “uma pessoa” e tem na sua posse “um marcador”, e este tem o significado do uso porque representa função de “escrever”;

e) frases são combinações de nomes; por exemplo, loja, João, pão (palavras ou nomes) – simplificando em frase “*João vai a loja para comprar o pão*”;

f) a única função da linguagem é representar a realidade: as palavras referem, as frases descrevem; por exemplo: *Casa* (palavra) – *a casa de Matilde é branca* (frase);

g) a criança pode estabelecer a associação entre palavra e objeto apenas através do pensamento, o que quer dizer que ela deve já possuir uma linguagem privada, para poder aprender a linguagem pública.

Sendo assim, o pensamento filosófico de Ludwig Wittgenstein referente às ideias de “denotação”, “nome”, “representação” não remetem à “essência” da linguagem, porque de fato estão ligadas a determinados *jogos de linguagem*. Existe, porém, um número indefinido de possíveis *jogos de linguagem*. É por isso que *jogos de linguagem* são definidos como complexas redes de práticas “imperadas” por regras (que não têm de ser explicitamente formuladas), e devido a tal fato, John Searle averigua a natureza das regras linguísticas com a base de distinção feita por John Rawls (1955, p. 3-32; 1993, p. 57) sobre regras constitutivas e regras normativas, entretanto, segundo Adriano Duarte Rodrigues (2005, p. 123):

Enquanto as regras normativas se aplicam a uma actividade preexistente, determinado a maneira como deve ser desempenhada, as regras constitutivas fundamentam a própria existencia da actividade. As regras de futebol são constitutivas e podem ser enunciadas do seguinte modo: “ao fazer X, está-se realizar o acto Y”, ao passo que as regras da etiqueta, por exemplo, são normativas e podem ser enunciadas com o imperativo: “faça X”.

Portanto as regras essenciais que regem os atos de linguagem são, para John Searle e explicitadas por Rodrigues (2005, p. 123), regras constitutivas, que podem ser formuladas do seguinte modo: “ao dizer X, está-se a fazer Y”, “ao dizer: *prometo estar aí quando chegares*”, e portanto aqui, o locutor está a prometer. É necessário perceber que há uma distinção das regras constitutivas e regras normativas no jogo da linguagem, averiguada por Searle que tem correspondência com a teoria dos jogos de estratégia de Jaako Hintikka, que estabelece regras definidoras e regras estratégicas inspiradas no jogo. Isto é, definir as regras de um jogo e suas regras estratégicas para ganhar o jogo. Portanto, a distinção das regras constitutivas (regras definidoras) e das regras normativas (regras estratégicas) encontram-se claramente em jogos, particularmente no jogo de xadrez (Rodrigues, 2005, p. 123).

O “significado” de uma palavra, expressão ou frase é determinado pelo modo como é usada num jogo de linguagem, ou pelo papel que desempenha. De forma análoga, aprende-se jogar xadrez, não associando cada peça a um objeto, mas aprendendo como as peças podem mover-se no contexto das regras do jogo. Assim, o significado de um algo determinado por uma palavra ou frase tem apresentado vários sentidos, porque pode representar simultaneamente o ato de pensamento e de linguagem de onde decorre o ato comunicativo. Por isso que na natureza semântica e pragmática, o funcionamento e a estrutura da linguagem na comunicação e na produção de sentidos são fundamentalmente inter-relacionados.

Não há uma definição rigorosa de “jogo de linguagem”. O que há, entretanto, são apenas exemplos. A palavra “jogo” não pode ser objeto de uma definição em termos de condições necessárias e suficientes que especificam o que é comum a todos os jogos, mas só pode ser compreendida através da observação de vários jogos e das suas “semelhanças de família”. O mesmo seria o caso com a noção de “linguagem”. Mas será mesmo assim? É possível fazer uma definição clara sobre o “jogo”, possível sim, mas apenas uma parte de sua existência na linguagem, pois o “jogo” é tratado como uma atividade imperada por regras, com objetivos fixos, que são de pequena ou nenhuma importância para os participantes fora do seu contexto (cf. Hans-Joann Glock, *A Wittgenstein Dictionary*, 1998). Aliás, segundo Ludwig Wittgenstein (2002, p. 189, 192 e 197):

A expressão *jogo* de linguagem deve aqui realçar o facto de que falar uma língua é uma parte de uma actividade ou de uma forma de vida (§ 23). Dar ordens, fazer perguntas, narrar, conversar, pertencem tanto à nossa história natural como andar, comer, beber, brincar (§ 25). Com sentido, só pergunta pelo nome de uma coisa quem já sabe o que vai fazer com ela (§ 31).

É possível fazer uma replicação de perguntas pelo nome para compreender a sua resposta, por exemplo: *onde está agora o João?* Pode “*estar em casa*”, “*estar a andar na rua*”, “*estar no local do trabalho*”, mas se a pergunta é: “*o João já saiu do local do trabalho às 10h?* De certeza que “*o João já saiu*”, e para onde foi? Claro para casa, portanto, *o João já saiu e foi para casa*. Mesmo que com estes exemplos possivelmente produzem uma definição tão precisa, porém,

não é necessário para compreender sobre a forma como funcionam os jogos da linguagem na produção de sentidos no ato do agir comunicativo. Por isso que segundo Ludwig Wittgenstein (2002 - § 18, p. 183).

A nossa linguagem pode ser vista como uma cidade antiga: um labirinto de travessas e largos, casas antigas e modernas e casas com reconstruções de diversas épocas; tudo isto rodeado de uma multiplicidade de novos bairros periféricos com ruas regulares e as casas todas uniformizadas.

Ser for assim, a linguagem é pela sua classificação natural como órgão mental e rede de práticas da comunicação e da produção de sentidos, corresponder a um nome que está a ser identificado por palavra e apresenta um sentido. Isto quer dizer que “o sentido de uma palavra é o seu uso na linguagem” (Wittgenstein, 2002 - § 43, p. 207) e toda a regra de aplicação é postada sempre a meio caminho em busca da verdade, porque “o sinal postado a meio do caminho funciona quando, em circunstâncias normais, preenche a sua finalidade” (Wittgenstein, 2002 - § 87, p. 245).

DIZER É FAZER NUMA COMPREENSÃO DA LINGUAGEM ENUNCIATIVA

É difícil compreender o sentido de “dizer é fazer” na linguagem enunciativa de John Austin, porque na realidade ninguém consegue aplicar o ato do “dizer é fazer” com a vontade de fazê-lo. Se colocar o ato de “dizer” no entendimento de “não é fazer”, certeza que toda a gente sabe e considera como apenas uma ideia de senso comum. O ato de “dizer não é fazer” exprime uma realidade que não justifica a sua própria ação, por exemplo,

L1: quero que vocês coloquem todos estes materiais do colóquio na pasta;

L2: não se preocupa, nós vamos fazer já direitinho;

L1: Já está pronto;

L2: Desculpem-nos que ainda não fizemos.

Compreende-se que nesta conversa há uma falha na realização do ato “dizer é fazer”, porque “*eles falam, falam, falam, falam, mas não os vejo a fazer nada*”, logo, os comprometidos estão no “dizer não é fazer”, isto significa que

alguém que fala muito, ou disse que sabe e pode fazer tudo, não é confiável pelo fato de não fazer aquilo que pretende fazer.

Para John Austin (1970) e John Searle (1969), falar (dizer algo) é um tipo de ação, por isso, entendiam a linguagem como uma forma de ação, pois “todo dizer é um fazer”. Deste modo, John Searle adverte que não existe uma linha divisória nítida entre a filosofia da linguagem e a linguística, mas a filosofia da linguagem lida com fatos empíricos, e geralmente associa-se ao “significado” e à “significância” das coisas, subjacente ao agir-comunicacional.

Fazer crítica a uma ideia de que um discurso (seja oral, ou escrita) consiste essencialmente em relatar/constatar/descrever o que é verdadeiro ou falso (privilégio das afirmações, nomeadamente no que diz respeito à “falácia descritiva”), dependendo do “critério de sentido” impulsionado ou determinado pelo sentido da palavra (Austin, 1970). Imagina que numa cerimónia de casamento:

L1: António aceita Antónia como sua mulher?

L2: Sim, eu aceito!

L1: Antónia aceita António como seu marido?

L3: Sim, eu aceito!

L1: Eu vos declaro marido e mulher.

Aqui há uma regra que fundamenta a comunicação ritual, ou na percepção de Erving Goffman (2011) como um “ritual de interação face a face” em torno da realização de uma “união do facto”, pela qual tudo se processa no sentido de “faz-se acontecer” com palavra anunciada, isto é, afirmar algo a significar ou algo significado para “aquele ato realizado”. Assim, o ato do dizer “*eu vos declaro marido e mulher*”, automaticamente entra em ação o “*fazer-acontecer*”, porque a tal enunciação é fundamentada a partir de uma aceitação voluntária no dizer “sim, aceito” por parte daqueles que celebram o matrimónio. Portanto o que se constata aqui é uma aprovação espontânea e testemunhada por várias entidades que valida a verdade do ato.

Há também enunciados que têm sentido mas que não descrevem um estado de coisas exterior a eles. Sendo assim produzem efeitos imediatos sobre um determinado estado de coisas, no momento em que o próprio ato proferido obedeça a certas regras convencionais e seja feita nas circunstâncias apropria-

das. Deste modo, o “dizer é fazer” encontra-se na ação imediata e concreta, pois o poder de enunciação faz validar o compromisso do “dizer”, baseado no princípio colaborativo. Assim, o “dizer é fazer” como uma condição para confirmar aquilo que é declarado ou prometido por alguém.

Exemplos:

1. Eu vos declaro marido e mulher;
2. Prometo ser fiel até a morte;
3. Peço desculpa;
4. Eu batizo este navio Berlin-Nakroman.

Nestes exemplos, não se está a *descrever* ou *relatar* que se está a celebrar um casamento, a fazer uma promessa ou a pedir desculpas; mas está-se efetivamente a mostrar uma consciência de fazer um algo que pode ter um efeito de imediato, no momento em que se pronuncia o enunciado “dizer é fazer”.

De um modo geral, nos casos apresentados, percebe-se que o mais pertinente não é saber se aquilo que dizem é verdadeiro ou falso, mas saber se foram proferidos pelas pessoas e nas circunstâncias adequadas e se produzem o efeito pretendido pelo locutor (Rodrigues, 2005, p. 111). Portanto aqui a categoria performativa dos enunciados se fundamenta ou se realiza nos casos de pedidos, promessas, doações, contratos, nomeações, apostas. Em virtude das enunciações performativas, John Austin (1962, p. 5; 1970, p. 40) adverte que:

Todas estas enunciações apresentarão, como por acaso, verbos comuns, na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, voz activa. É que podemos encontrar enunciações que satisfazem estas condições e que, no entanto,

Não “descrevem, não relatam, não constata absolutamente nada, não são “verdadeiros nem falsas”, e são tais que

A enunciação da frase é a execução de uma ação (ou uma parte desta execução) que não poderíamos, repitamo-lo, descrever muito simplesmente como sendo o acto de dizer qualquer coisa. (apud Rodrigues, 2005, p. 112).

Entretanto ainda nos casos como “*eu vos declaro marido e mulher*”, “*prometo ser fiel até a morte*”, “*peço desculpa*” e “eu batizo este navio Berlin-

Nakroman”, claro que estes enunciados estão na base da distinção de John Austin (1970) entre “*enunciados constataivos*” (que constatarem um determinado estado de coisas, podem ser verdadeiros ou falsos, porque fazer promessa ou pedir desculpa não é um ato definitivo, mas um ato que se repete mediante, talvez, do mesmo caso) e “*enunciados performativos*” (que podem produzir um determinado estado de coisas e não são nem verdadeiros nem falsos, mas efetivos ou não efetivos – o que importa é dizer um algo, como no caso “*eu vos declaro marido e mulher*” que pode ser uma autorização ou nomeação do ato de “união do fato”, mas não garante que seja efetivo, porque no meio do caminho aquele que se compromete, pode quebrar tal compromisso do “dizer é fazer”).

Assim, o desenvolvimento das ideias de John Austin (1962, 1970) vai no sentido de considerar também os enunciados constataivos como atos – que, tal como os performativos, também têm de obedecer a certas condições para serem bem-sucedidos (p.ex., pressuposição e implicação). Assim, também aqui, dizer é fazer. E tanto os performativos como os constataivos podem “falhar” caso as suas enunciações sofram diversos tipos de “infelicidades” do ato enunciativo (Austin, 1962, p. 25) e para que um enunciado performativo seja bem-sucedido é preciso que ele cumpra as seguintes condições defendidas por John Austin (1962, pp. 14-15; 1970, p. 49):

(A.1) deve existir um procedimento, reconhecido por convenção, dotado por convenção de um determinado efeito, e compreendendo o enunciado de determinadas palavras por determinadas pessoas em certas circunstâncias. Além disso,

(A.2) é preciso que, em cada caso, as pessoas e as circunstâncias particulares sejam as que convêm para que se possa invocar o procedimento em questão.

(B.1) O procedimento deve ser executado por todos os participantes, ao mesmo tempo, correctamente e

(B.2) integralmente. (Rodrigues, 2005, p. 112).

É portanto “aquilo que confere sucesso ou eficácia de um enunciado performativo é o facto de haver uma convenção aceite, de maneira explícita

ou implícita, pelos interlocutores, segundo a qual proferir esses enunciados equivale a realizar a ação que eles dizem” (Rodrigues, 2005, p. 113). Como se pode observar no exemplo a seguir:

L1: António aceita Antónia como sua mulher?

L2: Sim, aceito!

L1: Antónia aceita António como seu marido?

L3: Sim, aceito!

L1: Eu vos declaro marido e mulher.

Ora bem, aqui há uma generalização da hipótese de afirmação mais abrangente ao conceito dos atos de fala (speech acts), e devido a isso, John Austin defende que toda enunciação é um ato de fala que, por sua vez, consiste em três actos:

a) Ato locutório: o que se diz (locução) – é de certeza que se liga ao “sentido de dizer uma coisa é para fazê-la”, por exemplo, dizer algo como “isto é uma cadeira”, e fazer algo como “vamos comer alguma coisa”, simplificando-se o dizer algo e fazer algo em “vamos sentar na cadeira e comer alguma coisa”. Portanto aqui entende-se que o primeiro “dizer algo” é simplesmente dizer, pois não faz nada, enquanto o segundo “fazer algo” é uma ação associada a pensar em uma coisa que chega a ser examinada por o dizer algo em consonância com o “fazer algo”. Isto é, concretização de um algo com apenas de um dizer-fazer. E assim “dizer algo é precisamente e de maneira necessária fazer algo” (Austin, 1962; 1970, p. 107), todos os sentidos do dizer estão reunidos na plena aceção do ato de fala, e todo o acto de fala consiste em três atos de “dizer algo” (Austin, 1962; 1970, p. 108): a) ato fonético: produção de uma sequência de fonemas, e a enunciação é uma fonação (phone); b) ato fático: produção de uma sequência de vocábulos estruturados sintaticamente; c) ato rético: produção de palavras e frases com significação (“sentido” e “referência”) (Rodrigues, 2005, p. 117).

b) Acto ilocutório: o que se faz no dizer, de uma forma convencional e de acordo com regras sob a designação de constatativos como aqueles a que dá o nome de performativos. Assim, o ato ilocutório é para John Austin (1970,

p. 113 – citado por Rodrigues, 2005, p. 119) como “um acto efectuado ao dizer algo (in saying), por oposição ao acto de dizer algo. E chamarei à teoria das diferentes funções linguísticas que estão aqui em questão de teoria dos ‘valores ilocutórios”’.

c) Ato perlocutório: o que se faz através do dizer; efeitos não necessariamente convencionais, mas provoca determinados efeitos, tais como sentimentos, pensamentos, comportamentos, quer sobre os nossos interlocutores, quer sobre nós próprios. Assim, por exemplo, ao dizer algo como “cuidado com o cão” na ocasião da chegada de um hóspede na nossa casa, que pelo facto o locutor pronuncia este enunciado como um “aviso” que produz o correspondente ato ilocutório (Rodrigues, 2005, p. 119).

O conceito central nestes três atos da fala está no ato ilocutório, que para John Searle – na sua reformulação e sistematização da teoria dos atos de fala – o ato ilocutório é “a unidade básica da comunicação linguística”, por isso que os atos ilocutórios são convencionais e desempenham a sua função de acordo com as regras constitutivas.

Sabendo que na pragmática da comunicação ou na filosofia da linguagem, as regras constitutivas têm geralmente a forma “X conta como Y no contexto C”, ou seja, X equivale a Y em C, por exemplo, “esse pedaço de papel, fabricado pela Casa da Moeda, equivale a dinheiro, para todos os fins que a moeda legal se destina” (Carvalho, 2019). Trata-se de um exemplo formado por regras constitutivas, que são constituídas pelas atividades institucionais que regulam. Distinguem-se assim das regras meramente regulativas, que regulam atividades preexistentes, como sublinha William P. Alston (1964) que o significado de uma determinada sentença consiste no conjunto de regras regulativas, exigindo aquele que faz o discurso para realizar o ato sobre: a) a execução do ato; b) o que se diz; c) o critério de demarcação entre ilocutório e perlocutório, que está claramente visto no pensamento de Searle, “o conhecimento é simplesmente sua compreensão do que foi dito, não é nenhuma resposta ou efeito adicionais (...) o efeito sobre o ouvinte não é nem uma crença nem uma resposta. Consiste simplesmente na compreensão” (Searle, 1969, p. 54). Todavia, John Searle faz uma crítica sobre a distinção que John Austin faz ao ato locutório e ilocutório, especialmente no que diz respeito ao

ato rético (produção de palavras e frases com significação), onde a especificação da significação das frases já inclui elementos ilocutórios, pela qual se fundamenta nos “atos proposicionais” (os atos de expressar uma proposição) e nos atos ilocutórios propriamente ditos (Rodrigues, 2005).

Importante realçar que no ato da comunicação ou da conversa, expressar uma proposição (realizar um ato proposicional) não é necessariamente o mesmo que afirmar uma proposição. Nos exemplos abaixo, as frases expressam a mesma proposição (que Matilde vai à escola), mas com diferentes formas de dizer:

- a) Matilde vai a escola.
- b) Matilde vai à escola?
- c) Matilde, vai à escola!

Pelo facto, todas estas enunciações realizam o mesmo ato proposicional. Mas apenas a primeira proposição do ato de “dizer é um fazer” expressa, ou tem a força ilocutória de uma afirmação. A “força ilocutória” refere-se aos enunciados produzidos com o mesmo “conteúdo proposicional”, mas têm diferentes forças ilocutórias (Austin, 1990). Exemplo: “Está um lindo dia”, trata-se de um mesmo ato locutório que pode ter a força de uma afirmação, um convite, uma resposta a uma pergunta, uma ameaça, ou um número indefinido de outros atos ilocutórios, dependendo do contexto da enunciação (Rodrigues, 2005).

O enunciado “Está um lindo dia” é um exemplo que, em certos casos como uma afirmação assertiva, e possivelmente tornar explícita mediante da força ilocutória (“Eu afirmo que está um lindo dia”). No entanto, num convite para sair, tal não é possível – embora a força ilocutória seja a de um convite, ela não é convencionalmente determinada. Nestes casos, são as intenções dos falantes (e não as convenções ligadas a um ato ilocutório) que desempenham um papel decisivo. É portanto o enunciado “Está um lindo dia” é uma afirmação assertiva que reflete, sobretudo, o céu está limpo sem sombras-cinzas das nuvens; mas isso não significa que “vamos sair para algum lugar”, porque o conteúdo é apenas um convite e não uma intenção para sair. Se for o conteúdo do enunciado “Está um lindo dia, vamos a praia”, é claro que aqui há um convite com a intenção de “vamos a praia”. Deste modo, o mesmo enunciado proferido pode adquirir um valor ilocutório acrescentado em relação ao aquilo que o locutor a profe-

re, e “como uma advertência em função das situações da sua enunciação” (Rodrigues, 2005, p. 119).

“QUERER-DIZER” (SIGNIFICAR) UM ALGO NO ACTO DA COMUNICAÇÃO

A teoria de Paul Grice (1982) é muito importante para compreender a lógica conversacional no ato da fala, ou a lógica da *expressão* e do *significado* (Searle, 1979) nomeadamente no que diz respeito ao “querer-dizer” um algo em termos de intenções. Pois, a principal ideia de Grice é procurar explicar a significação de “querer-dizer” em termos de *intenções*, do “significado das frases” ao “significado do falante”, embora esse último se associa a noções psicológicas. Como por exemplo ao imaginarmos um “jogo” com os diferentes sentidos do substantivo inglês *meaning* (“significado”) e o verbo *to mean* (“significar”, mas também “querer dizer”), é claro que sabe-se logo a primeira distinção entre o “Significado natural” e o “Significado não-natural”. Deste modo, para a produção do sentido do enunciado contribuem processos de inferência que os interlocutores são levados a realizar, tanto a nível do significado natural como a nível do significado não-natural, dependendo do contexto em que o interlocutor apresenta a intenção de procurar saber, por exemplo, “que horas são?”, e pelo que saiba a natureza dessa pergunta é uma possibilidade de o alocutário dizer as horas pedidas (Rodrigues, 2005, p. 147). Se, entretanto, há um entendimento mútuo entre aqueles que entram no ato da fala, provável que o princípio de cooperação conversacional é alcançável sem impedimentos, por exemplo:

L1: Que horas são?

L2: 14h!

Ou

L1: Se não se importa dizer-me a que horas são?

L2: São 14h!

Estas conversas resultam de um princípio de cooperação que contribui para o sucesso da comunicação/interação, é um princípio que contribui para o

sucesso da conversa, nomeadamente no momento em que ocorre a troca verbal entre os falantes (Grice, 1982, p. 86). Deste modo, a contribuição conversacional requerida pelos respectivos falantes na sua conversação/comunicação é para obter a máxima quantidade de informação e se isso sucede com sucesso, significa que o *princípio de cooperação* funciona mesmo no momento em que se realiza o ato da fala.

Se toda a atividade linguística corresponde à transmissão de determinada quantidade de informação que produz um sentido mais amplo, provável que esta informação apresenta não apenas uma realidade, mas outras realidades associadas. Imagina-se, por exemplo, uma situação em que, encontrando uns amigos de manhã cedo, em vez de lhes dizer “bom dia!” decido dirigir-lhes os versos de *La Jeune Parque*:

Salve! Divindade pela rosa e o sal
E os primeiro deleites da jovem luz
(obs cit Flahault, 1979, p.29).

Do ponto de vista da teoria da informação, segundo François Flahault (1979, p. 29), este tipo de saudação contém mais informações do que o simples “bom dia”. Enquanto do ponto de vista linguístico no agir do dizer, acrescenta o autor que, a saudação corresponde a um ato de linguagem socialmente definido, que não tem como objetivo a transmissão da informação (no sentido vulgar do termo). Portanto aqui percebe-se que, segundo Roman Jakobson (1960), esta situação se realiza sempre dentro da comunicação verbal.

zIt is important to recognize these maxims as unstated assumptions we have in conversations. We assume that people are normally going to provide an appropriate amount of information [...]; we assumed that they are telling the truth, being relevant, and trying to be as clear as they can. Because these principles are assumed in normal interaction.

Além disso, para que a conversação ou a comunicação fique bem-sucedida é necessário que os falantes não cumprem apenas os princípios normativos do sistema conversacional/comunicacional, mas também se fundamentam nos princípios de cooperação como ponto de partida da ética da comunicação. Como adverte Paul Grice (1982, p. 91):

Gostaria de mostrar que a observância do Princípio de Cooperação e das máximas é razoável (racional) da seguinte forma: pode-se esperar que quem quer que se preocupe com os objetivos que são centrais na conversação/comunicação (por exemplo, dar ou receber informações, influenciar ou ser influenciado por outros) tenha interesse, dadas as circunstâncias apropriadas, em participar de conversações proveitosas, somente supondo que elas são conduzidas de acordo com o princípio de cooperação e as máximas.

Se uma conversa se realiza em torno do “significado natural” do dizer um algo é, certeza que tem a sua verdade, mas isso depende a sua correlação factual entre eventos. Por exemplo, “Aquelas pintas vermelhas na pele são um sinal/sintoma de dengue”. É apenas uma expressão que diz respeito a um algo que representa um sinal/sintoma de uma doença, e não especifica quem apanha “aquelas pintas vermelhas”. Se o fato de que “uma pessoa tem aquelas marcas indica que tem dengue” e entre outras características indicativas podem, certeza que, ter uma correlação factual entre eventos; isto é, “aquela pessoa tem dengue”, mas pode não ter “dengue”, mas apenas “simples borbulhas na pele”. Assim, não se pode dizer o fato de que “a pessoa tem aquelas pintas vermelhas indica que tem dengue”, mas sim, “a pessoa não tem dengue”.

Enquanto no “significado não-natural” envolve a intenção do comunicador, porque “querer-dizer” um algo que não seja convencional, mas certos gestos podem colocar o “significado não-natural” seja convencional. O “significado não-natural” é bem visível ou bem-visto na comunicação verbal, por exemplo, ao dizer a frase “*Sara está apaixonada pelo Si-Doel*”, e “*Atun por sua vez quis agradar o seu irmão, sugerindo que Sara tem muito bom aspecto*”. Aqui de facto não há uma correlação factual entre eventos, e assim não seja convencional. Se for assim, pode dizer-se em outra forma como por exemplo, “*Atun disse que Sara está apaixonada pelo Si-Doel, mas Sara não está apaixonada pelo Si-Doel (quem está é a Zaenab)*”. No caso deste há uma correlação factual entre eventos, porque de facto, certos gestos do “Si-Doel” mostram que ele se apaixona pela Zaenab, deste modo, o “significado não-natural” é convencional.

O “querer-dizer” no âmbito da comunicação produz sempre um significado a partir do “significado do falante” e do “significado da frase”, embora existe uma diferença entre:

- (1) F (o falante) quis dizer com x que p .
- (2) x significa p .

Por isso que muitas vezes, o significado do falante e o significado da frase não coincidem, porque numa dada circunstância o falante quer dizer mais do que aquilo que diz (ou algo totalmente diferente). Entretanto, Paul Grice (1989) na sua primeira formulação da análise reflete sobretudo o “querer-dizer” um algo a partir de uma intenção, ou “querer-dizer” é uma razão para produzir o sentido de um algo apresentado, ou questionado. Se assim, a fórmula é seguinte: para querer-dizer (significar) algo com a elocução x , o falante F deve ter a intenção de que:

1. A elocução de x por F produza uma certa resposta r numa audiência A ;
2. A audiência A reconheça a intenção (1);
3. O reconhecimento, por A , da intenção (1), constitua ao menos parte da razão de A para produzir a resposta r .

Porém, aqui é pelo fato, Grice refere que há uma diferença de “transmissão de informação comunicacional”, porém, a intenção comunicativa é auto-referencial ou reflexiva que envolve a intenção de ser reconhecida como intencionalmente reconhecida. Se a audiência reconhece a intenção comunicativa nos termos 1, 2 e 3, então a comunicação é bem-sucedida, e chama-se de *performance communication* (Sperber & Wilson, 1995).

Para que a comunicação seja bem-sucedida é necessário, portanto, produzir um “conhecimento mútuo”, para dar alguma explicação do “significado do falante” em termos de intenções encontra-se alguns problemas. O mesmo se verifica em relação a forma como explicar o “significado das frases” em termos do “significado dos falantes”. Por isso que Grice não consegue oferecer uma formulação satisfatória desta redução, mas Searle dispõe de uma ontologia de pensamento que consiste inteiramente na mente para fazer um *inventário de estados mentais* referente à Intencionalidade da comunicação. Dizendo que:

Toda Intencionalidade consciente – todo pensamento, percepção, compreensão etc. – só determina condições de satisfação relativamente a um conjunto de capacidades que não

são e não poderiam ser parte desse mesmo estado consciente. Por si só, o conteúdo efetivo é insuficiente para determinar as condições de satisfação (Searle, 1997, p. 270-271).

Além disso, há uma componente “estrutural” na significação das frases que não se deixa reduzir a termos estritamente psicológicos. Torna-se difícil, assim defender a ideia de que “o que as frases significam” é uma função do que “as pessoas querem dizer com elas” na sua comunicação e/ou conversa com outros seus semelhantes. Mesmo que “(...) Algumas de nossas capacidades nos permitem formular e aplicar regras, princípios, crenças etc. em nossas atividades conscientes. Ainda assim, porém, estas precisam de capacidades de *Background* para sua aplicação” (Searle, 1997, pp. 271-272), ou seja, usando o *Background* para descobrir a mente na realidade corrente da intenção comunicativa.

CONCLUSÃO

Conclui-se que na filosofia da linguagem ou na pragmática da comunicação encontram-se várias fórmulas do dizer um algo para ser realizado, ou dizer é para fazer um algo. John Austin, por exemplo, foi quem primeiro utilizou o termo “atos de discurso” em *Quando dizer é fazer* (Austin, 1990). Ele usa vários atos para concretizar o dizer ou o falar. Por exemplo, ao dizer a frase “feche a porta”, pode ser proferida como um pedido, como uma *ordem* ou simplesmente como uma *sugestão*. Isto é, proferir a mesma sentença para *fazer* coisas diferentes. No exemplo utilizado percebe-se que esta ordena alguém para realizar/fazer o ato do dizer “feche a porta”, ou pode sugerir a alguém que “feche a porta” ou pede a alguém que “feche a porta”. Estes atos são realizados ou feitos no âmbito do dizer algo, e Austin considera isso como um ato ilocutório.

É necessário saber que o estudo do uso da linguagem sempre diz respeito ao lugar da linguagem num sistema de estruturas que representam aquilo a que se tem chamado “competência pragmática”, assim como estruturas que se relacionam com aspectos factuais ou da crença. É necessário perceber que os seres humanos desenvolvem as suas estruturas intelectuais, de uma maneira mais ou menos uniforme, com base em dados escassos. Porém, aprendem

qualquer coisa de forma significativa relativamente à sua natureza humana que não é senão a natureza do seu estado inicial.

Quanto ao desenvolvimento, a linguagem desenvolve-se na criança através da simples exposição a um ambiente linguístico não organizado, sem treino, ou mesmo sem qualquer cuidado especificamente linguístico. A linguagem é uma propriedade humana bastante antiga e complexa que se desenvolveu muito tempo depois da separação dos seres humanos dos outros primatas (Clarke, 1995).

E finalmente, as regras da comunicação e/ou da conversação são geradas pela linguagem. Sabe-se que as regras linguísticas determinam o ato da fala, nomeadamente no que diz respeito ao “dizer é fazer” e ao “querer-dizer” um algo com um número ilimitado de frases. Conclui-se, entretanto, as pessoas podem, em princípio, compreender e dizer frases de extensão e complexidade arbitrária (Chomsky, 1984)

REFERÊNCIAS

- Alston, W. P. (1964). Linguistic acts. In *American Philosophical Quarterly*, v.1, n. 2, pp. 138-146.
- Aristóteles. (1963). *Categories and de Interpretatione*. Translated with Notes by J. L. Ackrill. Oxford: Clarendon. <https://doi.org/10.1093/oseo/instance.00258580>
- Austin, J. L. (1962). *How to do things with words*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Austin, J. (1970). *Quand dire c'est faire*. Paris: Ed du Seuil.
- Austin, J. (1990). *Dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bakhtin, M. (2006). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- Benveniste, É. (1992). *O homem na linguagem*. Trad. Isabel Maria Lucas Pascoal, Lisboa: Veja.
- Carvalho, C. (2019). *Teoria de decisão tributária*. Coimbra: Grupo Almedina.
- Chomsky, N. (1957[1980]). *Estruturas sintáticas*. Lisboa: Edições 70.

- Chomsky, N. (1984). Linguagem. In *Enciclopédia Einaudi – linguagem-enunciação*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 11-56.
- Chomsky, N. (1999). *O programa minimalista*. Trad. Eduardo Paiva Raposo, Lisboa: Editorial Caminho.
- Citelli, A. (1986). *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Editora Ática.
- Clarke, R. (1995). *O nascimento do homem*. Trad de Fernando Cascais Franco, Lisboa: Edição Gradiva.
- Faria, I. H., et al. (1996). *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Flahault, F. (1979). *A fala intermediária*. Lisboa: Via Editora.
- Fowler, R. (1994). *Crítica Linguística*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Glock, H. J. (1998). *Wittgenstein Dictionary*. Publisher Wiley-Blackwell
- Goffman, E. (2011). *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes.
- Grice, P. (1982). Lógica e conversação. In Dascal, M. (Org.). *Fundamentos metodológicos da linguística*, vol. IV, Campinas: [s.n.].
- Grice, P. (1989). *Studies in the way of words*: Cambridge: Harvard University Press.
- Grice, P. (1996). Cooperation and implicature. In Yule, George. *Pragmatics*. New York: Oxford University Press.
- Husserl, E. (1965). *A Filosofia como ciência de rigor*. Coimbra: Atlântida
- Husserl, E. (1986). *A Ideia da fenomenologia*. Lisboa: Edições 70.
- Jakobson, R. (1960). Linguistics and poetics. In *Sebeok*, pp. 350-77.
- Kristeva, J. (1974). *La révolution du langage poétique*. Paris: Seuil.
- Locke, J. (1999). *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Editora Nova Cultura.
- Martinet, A. (1978). *Elementos de linguística geral*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Mises, L. von. (2010). *Ação humana: um tratado de economia*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil.
- Paulino, V., & Santos, M. M. (2014). *Metodologias e estratégias de Aquisição da*

leitura aos alunos do Ensino Básico. Díli: Unidade de Produção e Disseminação do Conhecimento/Programa de Pós-graduação da UNTL.

Penco, C. (2004). *Introduzione alla filosofia del linguaggio*. Roma-Bari: Laterza & Figli Spa.

Piaget, J. (1999). *Seis estudos da psicologia*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Rawls, J. (1955). Two Concepts of rules. In *The Philosophical Review*, vol. 64, nº 1, pp. 3-32. <https://doi.org/10.2307/2182230>

Rawls, J. (1993). *Uma teoria da justiça*. Lisboa: Editorial Presença.

Rodrigues, A. D. (2005). *A partitura invisível para a abordagem interactiva da linguagem*. Lisboa: Edições Colibri.

Saussure, F. (2001). *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix.

Searle, J. R. (1969). *Speech acts*. Cambridge University Press.
<https://doi.org/10.1017/CBO9781139173438>

Searle, J. R. (1979). *Expression and meaning*. Cambridge University Press.
<https://doi.org/10.1017/CBO9780511609213>

Searle, J. R. (1997). *A redescoberta da mente*. São Paulo: Martins Fontes.

Searle, J. R. (2000). *Mente, linguagem e sociedade*. Rio de Janeiro: Rocco.

Searle, J. R. (2001). *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Shannon, C. E., & Weaver, W. (1949). *The mathematical theory of communication*. Illinois: University of Illinois Press.

Sperber, D., & Wilson, D. (1995). *Relevance: communication and cognition*. Oxford Uk & Cambridge USA: Blackwell Publishers.

Watson, R. (1995). Relevance and definition. In *Journal of Child Language*, nº 22, pp. 211-22. <https://doi.org/10.1017/S0305000900009703>

Wittgenstein, L. (2002). *Tratado Lógico-Filosófico e Investigações Filosóficas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Direitos Autorais (c) 2020 Vicente Paulino



Este texto está protegido por uma licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Você tem o direito de Compartilhar - copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato - e Adaptar o documento - remixar, transformar, e criar a partir do material - para qualquer fim, mesmo que comercial, desde que cumpra a condição de:

Atribuição: Você deve atribuir o devido crédito, fornecer um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer forma razoável, mas não de uma forma que sugira que o licenciante o apoia ou aprova o seu uso.

[Resumodalicença](#) [Textocompletodalicença](#)